

EM DEBATE

Opinião Pública e Conjuntura Política

2010

Grupo de Pesquisa “Opinião Pública: Marketing Político e Comportamento Eleitoral”



DOSSIÊ: QUEM TEMATIZA AS CAMPANHAS ELEITORAIS NO BRASIL?

Helcimara Telles

Luiz Ademir

Heloisa Bezerra

Pedro Mundim



OPINIÃO

Bruno Reis

Javier Vadell

Periódico Eletrônico do
Grupo de Pesquisa de “Opinião Pública:
Marketing Político e Comportamento
Eleitoral”

Universidade Federal de Minas Gerais
Av. Presidente Antônio Carlos, 6627
Campus Pampulha - CEP: 31.270-901
Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: (31) 3409-5007



Ano 1, n. 2, Outubro de 2009 ISSN 2176-4883

O GOLPE NA DEMOCRACIA DE HONDURAS E O PAPEL DO BRASIL

The coup on the democracy of Honduras and the role of Brazil

Javier A. Vadell

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUCMG

✉ javier.vadell@pucminas.br

A América Latina passou por profundas transformações a partir da década de noventa. A crise da dívida externa e a Guerra Fria deixaram os países da região ainda mais vulneráveis política e economicamente. A desintegração da União Soviética, o predomínio dos Estados Unidos como potência militar e econômica incontestada e o otimismo subsequente em torno das idéias liberais tiveram grandes impactos na nossa região. A difusa noção de globalização foi apresentada pelos centros de poder internacional e por intelectuais influentes como uma tendência inevitável, fruto do triunfo do capitalismo no plano global. Nesse contexto foram aplicados, nos países da América Latina e nos países da ex-órbita soviética, pacotes de ajuste econômico e programas liberalizantes pró-mercado, resumidos no Consenso de Washington, como uma receita homogênea e unívoca para atingir índices de crescimento sustentável. Esse modelo de desenvolvimento fracassou. Os atentados terroristas nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001 e a crise econômica que se alastrou em muitos países da América Latina favoreceram um ambiente de ceticismo em torno das soluções mais liberais para a solução dos problemas da região.

Não obstante, paralelamente a esse processo, foi se re-configurando no sistema internacional uma mudança geopolítica onde o papel das regiões adquiriu cada vez mais relevância e onde se fortaleceram as lideranças regionais. Blocos

regionais de comércio e investimento foram criados em diversas regiões do planeta. Na América Latina a criação do NAFTA e do MERCOSUL pautaram esse processo. O México incorporou-se ao NAFTA, e a América Central e o Caribe atrelaram suas economias ainda mais aos Estados Unidos a partir do tratado de livre comércio de 2006, o CAFTA.

Essa é uma modesta síntese do contexto global e dos impactos regionais em nível sistêmico. A questão é como se insere a situação de Honduras neste processo? Por que é importante compreender o golpe de Estado em Honduras para um analista político da América do Sul? Em primeiro lugar porque envolve a potência regional, o Brasil, de maneira direta. Em segundo lugar, porque um golpe de Estado, de fato, sensibilizou a comunidade internacional e, sobretudo toda a região que muito sofreu com ditaduras no século XX. Em terceiro lugar, porque tem mais um ator no jogo, que é o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, que permaneceu nos momentos mais críticos sem aparecer em cena, deixando o protagonismo para os negociadores da OEA e para o Brasil, a partir do dia 21 de setembro, quando o deposto presidente Zelaya se refugiou na embaixada brasileira em Tegucigalpa.

Fatores domésticos

Honduras é um dos países mais pobres da América Latina, tem uma extraordinária distribuição desigual da renda e altos níveis desemprego e sub-emprego. Segundo dados de 2004, mais de 50% da população vive abaixo da linha da pobreza¹. O país centro-americano tem um passado conservador e de fortes laços políticos com os EUA. A Constituição de Honduras data da década de 1980 e é um produto das negociações dos setores sociais dominantes e do jogo de forças políticas num país marcado por históricas desigualdades sociais. No marco da Guerra Fria, o regime político hondurenho se consolidou a partir de três pilares: o Poder Legislativo, o Judiciário e as Forças Armadas. A constituição prevê um poder executivo com poderes muito limitados² e uma cláusula pétrea³, que se apresenta como o cerne das justificativas jurídicas que o governo *de facto* apresenta para justificar o afastamento, realizado mediante procedimentos ilegais, do presidente

¹ Central Intelligence Agency (CIA) <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ho.html>

² Cabe a aclaração que o Presidente de Honduras não é, como em regimes políticos presidencialistas, o chefe das forças armadas de seu país.

³ Por exemplo: o artigo 374 da Constituição de Honduras diz: “No podrá reformarse en ningún caso. El artículo 373, 374, los artículos constitucionales que se refieren a la forma de Gobierno, al territorio nacional, al período presidencial, a la prohibición de ser nuevamente Presidente de la República”.

Zelaya. Nesse sentido, consideramos que o problema é fundamentalmente de caráter político e não jurídico.

Será que a realidade sócio-política doméstica de Honduras tem um correlato com o regime político vigente? Provavelmente os setores golpistas sabem dos problemas derivados de permitir que o presidente deposto se defenda das acusações, como acontece em toda democracia consolidada, e permanecer no seu país. Zelaya não é um revolucionário, não é um líder de um partido popular organizado, nem mesmo de um movimento dos despossuídos. Ele é membro da elite hondurenha que perdeu apoio do seu partido, o liberal, e dos poderes constituídos, inclusive das Forças Armadas. Ele é visto como traidor da sua classe por tentar quebrar – com a tentativa de realizar uma consulta popular não vinculante a respeito da convocação de uma Assembléia Constituinte – o acordo político da década de oitenta com um estilo político que se assemelha aos populismos de esquerda. Nesse sentido, se o regime político de Honduras é vulnerável, também o é a posição do presidente deposto, Manuel Zelaya, que só encontra apoio sólido no plano externo⁴, e cuja permanência no país pode desestruturar as bases do regime político instaurado na década de oitenta.

Fatores externos

A aproximação do Presidente Zelaya com Hugo Chávez e a conseqüente virada de Honduras para o “Sul”, rompendo os laços históricos com os Estados Unidos⁵, também foram catalisadores da crise política interna culminando no Golpe de Estado. A deposição de Zelaya, feita na madrugada de 28 de junho de 2009, deu-se de maneira ilegal⁶, já que o mandatário foi levado contra a sua vontade para a Costa Rica. Imediatamente, os países membros da ALBA retiraram seus embaixadores de Honduras até que o presidente seja restituído. Em 30 de junho, a Assembléia da Organização das Nações Unidas – ONU – aprovou uma resolução que pede a “imediata e incondicional” restituição do deposto presidente de Honduras. Dias depois, os EUA suspenderam as atividades militares conjuntas com

⁴ Poucas informações temos a respeito do grau das manifestações contra e a favor do Governo em exercício. As que chegam são da capital Tegucigalpa, mas não do interior do país.

⁵ Honduras ingressou a *Alternativa Bolivariana para las Américas* – ALBA, liderada pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em 26 de agosto de 2008, com forte oposição do “Consejo Hondureño de la Empresa Privada (COHEP), a Cámara de Comercio e Industrias de Tegucigalpa (CCIT), os empresários das maquiladoras (indústria montadora), o partido opositor, o Partido Nacional, e setores do partido Liberal, ao qual Zelaya pertence, liderados pelo vice-presidente Elvin Santos.

⁶ A Constituição de Honduras proíbe expressamente a deportação de cidadãos. No seu artigo 102 está escrito: “Ningún Hondureño podrá ser expatriado ni entregado por las autoridades a un Estado extranjero”.

Honduras e mais países chamaram para consulta a seus embaixadores, dentre eles os países da União Européia.

Seguidamente, entrou em cena a Organização de Estados Americanos (OEA). Essa instituição deu um ultimato ao governo interino de Honduras para restituir o presidente deposto. O governo de Micheletti não cedeu na sua posição e fracassou mais uma possibilidade de negociação: o chamado diálogo de San José, com a mediação do presidente de Costa Rica, Oscar Arias. Em 24 de julho houve uma tentativa fracassada de regresso do Presidente Zelaya e os acontecimentos acabaram favorecendo o governo interino, que precisava de tempo até a data das eleições gerais.

No dia 21 de setembro iniciou-se uma nova etapa. O presidente deposto, Manuel Zelaya “refugiou-se” na embaixada do Brasil, em Tegucigalpa. E é a partir desse momento que o acontecimento toma contornos cada vez mais complexos e seus desdobramentos começam a ter repercussão hemisférica crucial. O fato do presidente deposto, Zelaya, ter se refugiado na embaixada do Brasil pretendeu reverter uma situação na qual o tempo era o aliado de Micheletti e seus aliados. Por enquanto, essa ação não rendeu os frutos esperados, a data das eleições – 29 de novembro – se aproxima e o impasse parece se eternizar.

Considerações Finais

Assim, pretendemos concluir com duas reflexões finais. Independentemente da quebra do impasse acontecer ou não, isto é, que volte ou não Zelaya ao poder, o objetivo da elite hondurenha foi bem sucedido. Não se modificará, pelo menos no curto prazo, o regime político de Honduras, fundamentado em cláusulas pétreas que perpetuam a elite governante no poder. Desta maneira, neste caso, surge mais uma vez o velho dilema político de Carl Schmitt, “o soberano é aquele que decide sobre o estado de exceção”, que também quer dizer que o soberano decide sobre o que é ou não é um estado de exceção.

A segunda reflexão é sobre a figura do Brasil e seu papel ativo na política externa fora da sua região de influência direta, a América do Sul. O Brasil surge como a liderança moral dos países latino-americanos em defesa do princípio democrático e, para isso, teve de resignar a um outro princípio que historicamente pautou a sua política externa, isto é, a não intervenção em assuntos internos dos outros Estados. Essa virada na política externa brasileira é consequência direta das

mudanças no tabuleiro geopolítico regional, onde se destaca um aspecto do “o caso da Doutrina Monroe” (TOKATLIAN, 2009), que é o retraimento dos Estados Unidos em relação à América Latina, tendência que se aprofunda no começo do século XXI.

Referências Bibliográficas

TOKATLIAN, J. G. El ocaso de la Doctrina Monroe. *Jornal El País*. 22/04/2009.